GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

LEI COMPLEMENTAR Nº 036, DE 09 DE MAIO DE 2006.

Altera a Lei Complementar nº 05/98, de 09 de junho de 1998, Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) do Magistério Público de Educação Infantil Ensino Fundamental e Médio do Município de Serra Talhada e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de Serra Talhada, aprovou em 1ª e 2ª votação em Reuniões Ordinária e Extraordinária realizadas no dia 17 de abril de 2006, a presente Lei e Eu Sanciono.

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei altera a Lei Complementar nº 05/98, de 09 de junho de 1998, Plano de Cargos, Carreira e Salário (PCCS) do Magistério Público Municipal, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Os servidores públicos do município de Serra Talhada pertencentes à carreira do magistério, serão regidos por esta Lei, tendo como regime jurídico o estatuário que é vigente para todos os demais servidores.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, entende-se que:

I - Magistério Público Municipal é o conjunto de todos os professores técnicos e especialistas que exercem funções técnicas-pedagógicas e administrativa na Secretaria Municipal de Educação, Unidades Escolares de Ensino Infantil, Fundamental e Médio e nas que oferecem as modalidades de Educação Especial e de Jovens e Adultos;

II - Professor é o membro do magistério que exerce atividade docente, oportunizando a educação ao aluno;

III - Técnico e Especialista de Educação é o membro do magistério que desempenha atividades de: direção, administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

IV - Atividade do magistério é a dos professores e dos especialistas de educação ligados diretamente ao funcionamento do ensino municipal e ao aperfeiçoamento da educação.

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

CAPÍTULO II
Da Carreira do Magistério

SEÇÃO I
Dos Princípios Básicos

Art. 4º A carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I – profissionalização, entendida como dedicação exclusiva ao magistério compreendendo formação adequada e atualização constante;
II – remuneração condigna, respeitadas, as disponibilidades orçamentárias do Poder Executivo Municipal;
III – progressão na carreira, mediante promoções por tempo de serviço e/ou por merecimento;
IV – valorização da qualificação decorrente de cursos específicos para as tarefas educacionais.

SEÇÃO II
Da Carreira e das Classes

Art. 5º A carreira do magistério público municipal de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio é constituída de cargos públicos estruturados em 12 (doze) classes dispostas gradualmente, designadas pelos numerais I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, com acesso sucessivo de classe a classe, cada uma correspondente aos níveis de habilitação, estabelecidos de acordo com a formação do pessoal do magistério, constituído o respectivo quadro de carreira, Anexo I desta Lei:

Art. 6º As classes constituem a linha de habilitação dos professores de acordo com sua especialização abaixo e o Anexo I.

I – GRUPO DOS PROFESSORES E ESPECIALISTA DO ENSINO MÉDIO

Classe I – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR PÓS - DOUTOR – PD, Especialista com Pós-Doutorado, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência em disciplinas afins;
Classe II – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR – PDO, Especialista na sua área, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência;
Classe III – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR MESTRE – PME, Mestre, com mestrado, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência;
Classe IV – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR PÓS – GRADUADO – PG, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência;

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

Classe V – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR COM LICENCIATURA – PL, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência.

II – GRUPO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 5ª A 8ª SÉRIE

Classe I – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR PÓS - DOUTOR – PD, Especialista com Pós-Doutorado, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência em disciplinas afins;
Classe II – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR – PDO, Especialista na sua área, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência;
Classe III – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR MESTRE – PME, Mestre, com MESTRADO, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência;
Classe IV – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR PÓS – GRADUADO – PG, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência;
Classe V – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR COM LICENCIATURA – PL, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência.
III – GRUPO DE PROFESSORES E ESPECIALISTA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE E ENSINO INFANTIL

Classe I – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR MESTRE – PME, Mestre, com MESTRADO, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência;
Classe II – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR PÓS – GRADUADO – PG, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência;
Classe III – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR COM LICENCIATURA – PL, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência;
Classe IV – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR COM ESPECIALIZAÇÃO DE 1ª. 4ª. SÉRIE – PES, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência;
Classe V – CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR COM MAGISTÉRIO – PM, para ministrar aulas e atividades de extensão e pesquisa na área de sua abrangência.

IV – GRUPO DE PROFESSORES ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

Classe I – CLASSE DOS CARGOS DE ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO – ESP, para Coordenar, Orientar, Supervisionar, Capacitar e apoiar o processo de ensino e aprendizagem em toda sua abrangência.

V – GRUPO DOS CARGOS COMISSIONADOS DA EDUCAÇÃO

Classe I – CLASSE DOS CARGOS COMISSIONADOS – CC, para administrar e gerenciar todos os procedimentos da Educação Municipal em toda sua abrangência de livre nomeação e exoneração.

VI – GRUPO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO

Classe I – CLASSE DOS CARGOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO – ADE – Apoiar o Processo Administrativo, Fazer Inspeção Sistemática do Processo, Apoiar as Burocracias;
Classe II – CLASSE DOS CARGOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – ASGE – Apoiar na Limpeza em Geral, Fazer Merenda Escolar, e Apoiar na Recreação.

Art. 8º Promoção é o ato pelo qual o membro do magistério do município de Serra Talhada tem progressão vertical para o nível imediatamente superior a cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício na carreira do magistério municipal.

Parágrafo único. O acesso a promoção horizontal se dará de acordo com a soma de 20 (vinte) pontos adquiridos durante sua carreira, de acordo com o Anexo III desta Lei, que será apurado por Conselho Escolar, criado pela a Secretaria de Educação Municipal. A mudança de classe da carreira do magistério municipal, somente se dará com aprovação em concurso publico de provas e títulos.

SEÇÃO III
Dos Níveis

Art. 9º Os níveis constituem a linha vertical que o magistério municipal tem acesso a cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício de sua função e por desempenho em linha horizontal de acordo com parágrafo único do artigo anterior. As promoções verticais serão de acordo com as seguintes regras:

Nível - 1 - Professor com até 05 anos de efetivo exercício;
Nível - 2 - Professor com 05 anos e um dia a 10 anos de efetivo exercício;
Nível - 3 - Professor com 10 anos e um dia a 15 anos de efetivo exercício;
Nível - 4 - Professor com 15 anos e um dia a 20 anos de efetivo exercício;
Nível - 5 - Professor com 20 anos e um dia a 25 anos de efetivo exercício;

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

Nível - 6 - Professor com 25 anos e um dia a 30 anos de efetivo exercício.

Parágrafo único. As classes de apoio administrativo e auxiliar de serviços gerais da educação, terão 09 (nove) promoções vertical uma a cada 05 (cinco) anos de acordo com o Anexo I e horizontal de acordo com descrição do Anexo III desta Lei, até chegar o topo da Carreira.

Art. 10. A cada período de 05 (cinco) anos de efetivo exercício na carreira do magistério do município, terá direito à mudança de faixa, o que implicará também, em aumento da sua remuneração mensal, com base no percentual adicional de 7% (sete por cento) sobre o vencimento base da sua classe e nível onde vinha até então sendo enquadrado, ficando desta forma, excluído o qüinqüênio, salvo o direito adquirido até o dia 04.06.1999, em razão da Emenda Constitucional Estadual n° 16.

Parágrafo único. A mudança de nível de que trata o "caput" do presente artigo é automática e vigorará a contar da data da publicação desta Lei.

CAPÍTULO III
Do Ingresso, da Habilitação e do Enquadramento do Pessoal do Magistério

SEÇÃO I
Formas de Ingresso

Art. 11. O ingresso na carreira do magistério público dar-se-á em caráter efetivo, mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 12. Comprovada a existência de vagas nas escolas municipais e a indisponibilidade de candidatos aprovados em concursos anteriores, será realizado concurso público para preenchimento das mesmas, pelo menos de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos ou conforme o que determina o art. 85 da Lei 9.394/96 de 20/12/96 – LDB.

Art. 13. Compete ao Chefe do Poder Executivo ou à autoridade delegada admitir os candidatos aprovados em concurso público para preenchimento de vagas do quadro de carreira do magistério público municipal, observada a ordem de classificação e localização prevista no edital de concurso.

Art.14. Os classificados, nomeados, cumprirão estágio probatório de 03 anos previsto na legislação de que trata da matéria, com avaliação de desempenho.

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

Parágrafo único. O desempenho do período probatório será avaliado por uma comissão constituída por: 1 - Professor Efetivo, 1 – Professor Membro do Sindicato, 1 - Membro da Secretaria Municipal de Administração e 1 – Membro da Comunidade. O Poder Executivo regulamentará por Decreto a forma da escolha de cada membro da Comissão.

SEÇÃO II
Da Qualificação

Art. 15. O exercício do magistério exige como qualificação mínima:

I – Ensino Normal ou Equivalente, de acordo com o estabelecido na LDB, para os professores da 1ª a 4ª existentes no quadro, e curso de Licenciatura ou Equivalente, para a docência na Educação Infantil e nas quatro séries iniciais correspondentes do Ensino Fundamental para os novos professores na forma da Lei;

II – Ensino Superior, em curso de licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em área correspondente para docência nas séries finais do Ensino Fundamental e Médio;

III – Ensino Superior, em curso de graduação em pedagogia ou pós-graduação para o exercício das atividades de especialistas.

SEÇÃO III
Do Enquadramento

Art. 16. A experiência docente mínima, pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer funções de magistério, que não a de docência, será de 03 (três) anos e adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino público ou privado.

Art. 17. Todos os servidores efetivos do magistério, serão reclassificados por esta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias da sua publicação, através de Decreto do Poder Executivo, e os professores da classe dos cargos de professor com magistério, que concluiu o período probatório, poderão também ter a progressão do nível 'A" para o nível "B".

Parágrafo único. Todos os professores e especialistas classificados por está Lei, quanto a sua efetividade na classe, quando forem reclassificados por está Lei, serão considerados as suas graduações superiores a exigida na sua classe com percentual de 20% (vinte por cento) por cada curso concluído.

7

CAPÍTULO IV
Da Evolução na Carreira

SEÇÃO I
Da Promoção

Art. 18. Promoção é a elevação do integrante do magistério em caráter efetivo à classe, faixa ou nível imediatamente superior dentro do próprio cargo, observando os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 19. O integrante do magistério que completar 05 (cinco) anos e um dia de efetivo exercício na faixa, passará automaticamente para a faixa superior. Os critérios de desempenho serão de acordo com o art. 8º, parágrafo único, e Anexo III desta Lei.

Art. 20. Perderá o direito à promoção o integrante do magistério que tiver:

I – faltas não justificadas;
II – recebido advertência escrita ou cumprindo pena de suspensão.

SEÇÃO II
Da Progressão

Art. 21. A evolução na carreira do magistério poderá ocorrer mediante os procedimentos de progressão vertical e horizontal de acordo com Anexos I e III.

I – progressão vertical é a passagem do servidor de uma faixa para a seguinte, dentro de uma mesma classe, obedecendo aos critérios específicos para avaliação e tempo de efetiva permanência na faixa.

a) a progressão vertical deverá observar a ordem seqüencial de disposição das faixas, sendo vedada à ultrapassagem de faixa;
b) a progressão vertical ocorrerá quando o servidor contar com 05 (cinco) anos de exercício na mesma faixa e quando for iniciante deverá obter no mínimo 80% (oitenta por cento) dos pontos do processo de avaliação de desempenho durante o período probatório.

II – a progressão horizontal é a passagem do servidor de um nível a outro superior de acordo com o Anexo III desta Lei;

a) a progressão por nova habilitação/titulação será efetivada mediante requerimento do servidor, desde que atenda os requisitos estabelecidos em Lei, mediante apresentação de certificado ou diploma devidamente instruído com outros documentos no interesse da administração e terá direito a um acréscimo de 20% (vinte por cento) por cada graduação superior sobre a sua faixa salarial;

b) ao professor com acumulação de cargo previsto em Lei, a nova habilitação/titulação será utilizada em ambos os cargos.

CAPÍTULO V
Dos Direitos e Vantagens

SEÇÃO I
Dos Direitos

Art. 22. São direitos do professor, técnico especialista de educação, além dos garantidos no Estatuto do Servidor Público:

I – receber remuneração de acordo com a classe, o nível de habilitação, a jornada de trabalho, conforme o estabelecido nesta Lei, e da série escolar em que atua;

II – dispor, no ambiente de trabalho, de instalações e material didáticos suficientes e adequados para exercer com eficiência as suas funções;

III – participar do processo de planejamento de atividades relacionadas com a educação;

IV – ter assegurada a oportunidade de atualização e aperfeiçoamento constantes, sistematicamente oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC);

V – participar de congressos seminários, cursos e outros eventos referentes à educação.

SEÇÃO II
Da Remuneração

Art. 23. Remuneração é o valor total percebido no mês, em espécie, a qualquer título, pelo professor, técnico especialista de educação compreendendo todas as vantagens permanentes, pessoais e as retiráveis.

Art. 24. Vencimento base é o fixado para a classe inicial da carreira, no nível de habilitação mínima.

Art. 25. Os vencimentos de uma faixa salarial para a seguinte obedecerá a uma progressão aritmética de 7% (sete por cento) de uma faixa para outra;

Art. 26. O valor dos vencimentos correspondentes, aos níveis de habilitação, serão fixados observando-se, entre níveis sucessivos:

a) professores da Educação Infantil e de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental:
- do nível I para o outro 7% (sete por cento);

b) professores de 5ª a 8ª Série do Ensino Fundamental e do Ensino Médio:

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

- do nível I para o outro 7% (sete por cento).

Art. 27. Na estrutura de vencimento dos integrantes do magistério, será observado o princípio de igual remuneração para igual habilitação e equivalente desempenho de funções inerentes ao cargo, assim denominados:

I – professor de Educação Infantil e do Ensino Fundamental das séries iniciais, constituído de 01 (uma) classe e 06 (seis) faixas salariais por classe; e 03 (três níveis de Habilitação);

II – professor do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série, constituído 01 (uma) classe e 06 (seis) faixas salariais por classe e 03 (três) níveis de habilitação;

III – professor ou especialistas de Educação que fornecem suporte pedagógico direto às atividades de ensino, constituído de 01 (uma) classe e 06 (seis) faixas salariais por classe e 03 (três) níveis de habilitação. De acordo com Anexos I e III desta Lei.

SEÇÃO III
Das Gratificações

Art. 28. Os integrantes do magistério de caráter efetivo, designado para o exercício da função de Diretor Escolar e Secretário Escolar, serão em cargo comissionado.

Art. 29. O professor da escola rural fará jus a uma bonificação, quando não residir no local da mesma, no inicio de cada período letivo:

I - Distancias de ate 20 (vinte) km, 15% (quinze) por cento sobre os seus vencimentos básicos;

II - Distâncias acima de 21 (vinte e um) km, 20% (vinte) por cento sobre os seus vencimentos básicos.

Parágrafo único. Cessará a bonificação quando o professor for transferido para outra escola que não seja rural, independente do tempo que a venha percebendo, para ter concedido o direito o professor deverá entrar com requerimento na SEDUC.

Art. 30. O integrante do magistério designado para o cargo comissionado de Diretor e Secretário de Unidade Escolar, quando for professor efetivo do quadro da Secretaria Municipal de Educação, fará jus ao vencimento base adicionada a uma comissão, cujo valor será estabelecido de acordo com o número de alunos, observados os seguintes critérios:

I – em unidade escolar de 50 a 150 alunos o Diretor receberá 20% (vinte por cento) e Secretário 10% (dez por cento) calculado sobre seus vencimentos básicos;

II – em unidade escolar com 151 até 300 alunos o Diretor receberá uma gratificação de 30% (trinta por cento) e o Secretário 15% (quinze por cento) calculada sobre seus vencimentos básicos;

III – em unidade escolar com 301 até 500 alunos o Diretor receberá uma gratificação de 40% (quarenta por cento) e o Secretário 20% (vinte por cento) calculado sobre seus vencimentos básicos;

IV – em unidade escolar com mais de 500 até 1000 alunos o Diretor receberá uma gratificação de 50% (cinqüenta por cento) e o Secretário 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre seus vencimentos básicos;

V – em unidade escolar acima de 1000 alunos o Diretor receberá uma gratificação de 60% (sessenta por cento) e o Secretário 30% (trinta por cento) calculado sobre seus vencimentos básicos;

Parágrafo único. Não haverá incorporação de gratificação para qualquer fim.

Art. 31. As classes dos cargos de apoio administrativo terão uma gratificação especial pelo desempenho das funções:

I – Inspetor Escolar – Gratificação de 50% (cinqüenta por cento) sobre os vencimentos básicos;

II – Agente de Apoio Administrativo – 30% (trinta por cento) sobre os vencimentos básicos.

§ 1º - Cessará a gratificação quando o servidor deixar de exercer o cargo, independente do tempo que a venha percebendo.

§ 2º - Não haverá incorporação de gratificação para qualquer fim.

SEÇÃO IV
Dos Afastamentos

Art. 32. Aos integrantes do magistério será concedido afastamento sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, além dos assegurados pela legislação, para os seguintes fins:

I – participar de congressos, seminários, encontros, cursos e outros eventos relacionados à atividade docente ou técnico-pedagógico respectiva, desde que devidamente autorizado pela Secretaria Municipal de Educação;

II – participar da diretoria do sindicato da categoria.

§ 1º - O professor afastado do exercício de suas funções por motivo de saúde, será submetido a uma junta médica designada pelo Instituto de Previdência, e sendo constatado sua impossibilidade de exercer sua função de docência, será readaptado, garantindo-lhe o direito de professor em pleno exercício.

§ 2º - O professor afastado da sala de aula, que não seja por motivo de readaptação e decidir pelo retorno a sala de aula, será enquadrado ao PCCS, levando em consideração o tempo de efetivo exercício em sala de aula. Caso opte por não voltar as suas funções de livre docência, será reclassificado dentro do cargo que estava exercendo.

Art. 33. A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do professor ou do especialista de educação de suas funções, sem prejuízo de sua remuneração, assegurada sua efetividade para todos os efeitos da carreira, e será concedida para freqüência a cursos de formação, atualização, aperfeiçoamento ou especialização profissional, desde que referentes a educação e ao magistério.

§ 1º - A concessão da licença para qualificação profissional ficará a critério da SEDUC que considerará a situação e o interesse do ensino municipal.

§ 2º - O integrante do magistério afastado para qualificação profissional fica obrigado quando da sua conclusão, a permanecer em exercício no magistério público municipal por no mínimo de 02 (dois) anos.

SEÇÃO V
Da Remoção

Art. 34. O professor poderá ser removido a pedido ou por necessidade de serviço.

Parágrafo único. A remoção do professor, a pedido, somente se efetivará no início de cada semestre letivo, ressaltados os casos excepcionais previsto em Lei.

Art. 35. A remoção do professor, a pedido, dar-se-á, segundo os seguintes critérios de prioridade:

I – existência de vaga;
II – ter residência mais próxima da unidade escolar solicitada, quando possível;
III – ser arrimo de família.

SEÇÃO VI
Das Férias

Art. 36. O integrante do magistério gozará anualmente 30 (trinta) dias de férias, coincidindo a do professor com a dos alunos.

Parágrafo único. Fica assegurado recesso escolar de 15 (quinze) dias, preferencialmente entre o primeiro e o segundo semestre de cada ano, a ser fixado pela SEDUC.

12

Art. 37. Os demais profissionais de magistério gozarão 30 (trinta) dias de férias por ano, obedecendo o calendário estabelecido pela SEDUC.

SEÇÃO VII
Das Substituições

Art. 38. O professor em regência de classe será substituído em seus impedimentos por motivo de licença por professor de igual ou superior habilitação, vinculado ao quadro do magistério público municipal ou contratado que permanecerá enquanto perdurar a situação que deu causa a esta.

Parágrafo único. O professor substituído atenderá ao que preceitua a Lei Municipal da Previdência Própria.

SEÇÃO VIII
Da Aposentadoria

Art. 39. O integrante do magistério público municipal será aposentado em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal e a Lei Municipal da Previdência Própria.

CAPÍTULO VI
Da Jornada de Trabalho

Art. 40. O regime de trabalho do professor do ensino público municipal é fixado em, de 1ª a 4ª Séries e Ensino Infantil, vencimentos base conforme Anexo I, e 5ª a 8ª e Ensino Médio em hora-aula, independente da função que exerça e da modalidade de ensino em que atue.

Parágrafo único. A carga horária do professor terá jornada mínima de 20 (vinte) horas-aula semanais, correspondentes a 135 (cento e trinta e cinco) horas-aula mensais e a jornada máxima de 40 (quarenta) horas-aula semanais, correspondentes a 200 (duzentas) horas-aula mensais.

Art. 41. A duração da hora-aula nos turnos diurnos de trabalho, quer na regência ou na execução de atividades técnicas pedagógico, será de 50 (cinqüenta) minutos e de 40 (quarenta) minutos no turno noturno.

Art. 42. Compõem a carga horária do professor regente:

I - horas-aula em regência de classe;
II - horas-aula atividades.

§ 1º - As horas atividades corresponderão a 35% (trinta e cinco) por cento da carga horária total do professor, para docentes que desenvolvam atividades em classe do Ensino Médio, de 1ª a 8ª Séries do Ensino Fundamental e de 35% (vinte e cinco por cento) para docentes que desenvolvam atividades nas turmas de Educação Infantil.

§ 2º - São consideradas como horas de atividades aquelas destinadas a preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

Art. 43. O professor desempenhará sua carga horária preferencialmente em uma única escola, quando houver disponibilidade de vaga, em disciplina para a qual se encontre habilitado.

Art. 44. O professor convocado para cumprir regime suplementar de trabalho terá as horas-aula excedentes remuneradas conforme carga horária atribuída.

§ 1º - A convocação para cumprir regime suplementar de trabalho é temporária, obedecendo a critérios de necessidades de serviços.

§ 2º - Não será permitida suplementação superior a 135 h/a para o professor de Educação Infantil e para o professor do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.

Art. 45. O Supervisor ou Orientador Educacional da SEDUC deverá cumprir no mínimo 60% (sessenta por cento) de sua carga horária semanal nas Unidades Escolares.

Art. 46. O professor que faltar até 10% (dez por cento) da respectiva carga horária mensal poderá ter tais faltas abonadas, desde que as compense no prazo de até 30 (trinta) dias contado da última falta.

§ 1º - Cada 03 (três) atrasos ou saídas antecipadas de 15 (quinze) minutos, durante o curso de um mesmo mês, será contado como uma falta e não será abonada.

§ 2º - As faltas abonadas e compensadas não serão descontadas do tempo de serviço.

CAPÍTULO VII
Da Cedência

Art. 47. Cedência é o ato através do qual o Chefe do Poder Executivo Municipal coloca o professor, com ou sem remuneração, à disposição de entidade ou órgão que exerça atividade no campo educacional ou cultural, sem vinculação administrativa a SEDUC.

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

§ 1º - A cedência, dos integrantes do magistério, com ônus para a repartição de origem, só será permitida para funções ou atividades inerentes à manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 2º - A cedência para outras funções fora do sistema de ensino só será admitida sem ônus para o sistema de origem do integrante da carreira de magistério.

§ 3º - O integrante do magistério quando cedido, perde a designação, continuando lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º - Terminando o período de cedência, o professor será designado para Unidade Escolar a critério da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

§ 5º - Quando o Município for cessionário de professor, com ou sem ônus para origem, o professor cedido integrará o magistério público municipal.

CAPITULO VIII
Dos Deveres

Art. 48. O integrante do magistério tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições, mantendo conduta adequada à dignidade profissional, em razão do que deverá:

I - conhecer e respeitar a presente Lei;
II - preservar os princípios, ideais e fins da educação brasileira;
III - utilizar processos didático-pedagógicos que acompanham o processo científico da educação e sugerir medidas para o aperfeiçoamento dos serviços educacionais;
IV - desincumbir-se das atribuições, funções e encargos específicos do magistério, estabelecidos em legislação e em regulamentos próprios;
V - participar das atividades da educação inerente a sua função;
VI - freqüentar cursos planejados pela SEDUC, destinados a sua formação, atualização ou aperfeiçoamento;
VII - manifestar-se solidário, cooperando com a comunidade escolar e da localidade, sempre que a situação o exigir;
VIII - apresentar atitudes de respeito e consideração para com os superiores hierárquicos e tratar com urbanidade os colegas e os usuários dos serviços educacionais;
IX - zelar pela conservação do patrimônio municipal confiado a sua guarda e uso;
X - comunicar à autoridade imediata as irregularidades de que tiver conhecimento na sua área de atuação.

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

CAPÍTULO IX
Das Proibições Específicas

Art. 49. É vedado ao integrante do Magistério Público Municipal, além do que preceitua o Estatuto do Servidor Público:

I - suspender aulas e/ou atividades sem amparo legal;
II - alterar, desobedecer ou não cumprir a carga horária estabelecida;
III - ceder o prédio para atividades sem permissão das autoridades competentes;
IV - tratar o aluno agressivamente, excedendo-se na aplicação de medidas disciplinares;
V - deixar de cumprir, sem causa justificada, os programas de ensino em exigência;
VI - retirar sem permissão da autoridade competente, quaisquer materiais permanentes, de consumo ou documento da escola;
VII - afastar-se de suas funções antes da concessão da licença requerida;
VIII – desenvolver atividades político-partidárias em sala de aula;
IX - desenvolver atividades comerciais particulares dentro da escola.

CAPÍTULO X
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 50. É reformulado o Quadro de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) do Magistério Público Municipal especificado no Anexo I, II e III.

§ 1º - A partir da vigência desta Lei, o professor vinculado ao magistério público municipal só poderá exercer funções nela definidas e enumeradas.

§ 2º - Será convocado a optar, no ato do enquadramento ao plano de carreira o membro do magistério que acumular funções públicas contrariando as disposições constitucionais.

§ 3º - Os atuais servidores do magistério público municipal com efetivo exercício docente ou inerente à educação, serão reenquadrados de acordo com seus tempos de serviços, na classe, faixa salarial e nível de formação, obedecendo a grade de vencimentos proposto no Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), conforme sua classificação.

Art. 51. Os servidores municipais admitidos para cargos ou funções inerentes a área educacional, que se encontra em desvio de função exercendo atividades em outras Secretarias ou órgãos que não educacional, serão automaticamente desvinculados da SEDUC.

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

§ 1º - A Comunidade Escolar (pais, estudantes, professores e funcionários), reunir-se-ão em assembléia geral, para escolha, em votação secreta de um professor que ocupará a função de Diretor da Unidade Escolar. O Poder Executivo regulamentará a eleição através de Decreto.

§ 2º - Para indicação do Cargo Comissionado de Diretor de Unidade Escolar serão observados os critérios de habilitação e tempo de experiência docente estabelecidos na presente Lei.

§ 3º - Na indisponibilidade de profissional devidamente habilitado no Quadro do Magistério Público Municipal para exercer o cargo de Diretor de Unidade Escolar ou a critério do Poder Executivo este será preenchido por pessoa nomeada para cargo em comissão.

Art. 52. Os especialistas da educação, que pertencem ao quadro efetivo da SEDUC, quando participar de concurso, o tempo de serviço valera como titulo.

Art. 53. Para as Escolas urbanas localizadas na sede do Município e sede dos Distritos, fica estabelecido no mínimo 25 (vinte e cinco) alunos por professor de Educação Infantil de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série, 35 (trinta e cinco) alunos de 5ª a 8ª Série e 35 (trinta e cinco) alunos para o ensino médio.

Art. 54. Para escolas rurais localizadas em áreas menos povoadas, sem possibilidade de nucleação, fica estabelecido mínimo de 20 (vinte) alunos por professor do Pré e de 1ª a 4ª Série, 30 (trinta) alunos de 5ª a 8ª Série e 30 (trinta) alunos para o Ensino Médio.

Art. 55. Os vencimentos dos integrantes constantes nesta lei serão reajustados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e da política salarial do Executivo Municipal.

Art. 56. A avaliação de desempenho será efetivada de acordo com o Anexo II desta Lei.

Art. 57. As gratificações previstas nos artigos 29 e 30 e incisos, não são cumulativas.

Art. 58. Constituem parte integrante da presente Lei os Anexos I, II e III.

Art. 59. Os professores nomeados para os cargos comissionados que trata está Lei optarão por uma das remunerações.

Art. 60. Aplica-se subsidiariamente aos membros do magistério público o Estatuto dos Servidores Municipais, no que couber.

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

Art. 61. Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Art. 62. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Serra Talhada/PE, 09 de maio de 2006.

CARLOS EVANDRO PEREIRA DE MENEZES
- Prefeito -

PUBLICADO
Em 09/05/06
Maria Nunes da Silva
Auxiliar Administrativo
Mat. 396

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

ANEXO I
TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS E SALÁRIOS

GRUPO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS DO ENSINO MÉDIO

I) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR PÓS-DOUTOR - PSD

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR PÓS-DOUTOR	05	PSD– 6	12,93	13,84	14,81
		PSD– 5	12,09	12,93	13,84
		PSD– 4	11,30	12,09	12,93
		PSD– 3	10,56	11,30	12,09
		PSD– 2	9,87	10,56	11,30
		PSD– 1	9,22	9,87	10,56

II) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR - PD

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR DOUTOR	05	PD – 6	10,79	11,55	12,36
		PD – 5	10,08	10,79	11,15
		PD – 4	9,42	10,08	10,79
		PD – 3	8,80	9,42	10,08
		PD – 2	8,22	8,80	9,42
		PD – 1	7,68	8,22	8,80

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

III) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR MESTRE – PME

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR MESTRE	10	PME – 6	8,98	9,61	10,28
		PME – 5	8,39	8,98	9,61
		PME – 4	7,84	8,39	8,98
		PME – 3	7,33	7,84	8,39
		PME – 2	6,85	7,33	7,84
		PME – 1	6,40	6,85	7,33

IV) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR PÓS- GRADUADO – PSG

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR PÓS-GRADUA	20	PSG –06	7,05	7,54	8,07
		PSG –05	6,59	7,05	7,54
		PSG –04	6,15	6,59	7,07
		PSG –03	5,75	6,15	6,59
		PSG –02	5,37	5,75	6,15
		PSG –01	5,02	5,37	5,75

V) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR COM LICENCIATURA – PL

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR COM LIC	250	PL – 6	6,16	6,52	6,91
		PL – 5	5,87	6,16	6,52
		PL – 4	5,59	5,87	6,16
		PL – 3	5,32	5,59	5,87
		PL – 2	5,07	5,32	5,59
		PL – 1	4,83	5,07	5,32

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

GRUPO DE PROFESSORES E ESPECIALISTA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 5ª A 8ª SÉRIE

I) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR PÓS-DOUTOR - PSD

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR PÓS-DOUTOR	05	PSD– 6	12,93	13,84	14,81
		PSD– 5	12,09	12,93	13,84
		PSD– 4	11,30	12,09	12,93
		PSD– 3	10,56	11,30	12,09
		PSD– 2	9,87	10,56	11,30
		PSD– 1	9,22	9,87	10,56

II) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR - PD

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR DOUTOR	05	PD – 6	10,79	11,55	12,36
		PD – 5	10,08	10,79	11,15
		PD – 4	9,42	10,08	10,79
		PD – 3	8,80	9,42	10,08
		PD – 2	8,22	8,80	9,42
		PD – 1	7,68	8,22	8,80

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

III) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR MESTRE – PME

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR MESTRE	10	PME – 6	8,98	9,61	10,28
		PME – 5	8,39	8,98	9,61
		PME – 4	7,84	8,39	8,98
		PME – 3	7,33	7,84	8,39
		PME – 2	6,85	7,33	7,84
		PME – 1	6,40	6,85	7,33

IV) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR PÓS- GRADUADO – PSG

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR PÓS-GRADUA	20	PSG -06	7,05	7,54	8,07
		PSG -05	6,59	7,05	7,54
		PSG -04	6,15	6,59	7,07
		PSG -03	5,75	6,15	6,59
		PSG -02	5,37	5,75	6,15
		PSG -01	5,02	5,37	5,75

V) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR COM LICENCIATURA – PL

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR COM LIC	250	PL – 6	6,16	6,52	6,85
		PL – 5	5,87	6,16	6,91
		PL – 4	5,59	5,87	6,16
		PL – 3	5,32	5,59	5,87
		PL – 2	5,07	5,32	5,59
		PL – 1	4,83	5,07	5,32

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

GRUPO DE PROFESSORES E ESPECIALISTA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA 1ª A 4ª SÉRIE E DO ENSINO INFANTIL

I) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR MESTRE - PME

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR MESTRE	10	PME – 6	1.209,00	1.293,00	1.383,00
		PME – 5	1.130,00	1.209,00	1.293,00
		PME – 4	1.057,00	1.130,00	1.209,00
		PME – 3	988,00	1.057,00	1.130,00
		PME – 2	924,00	988,00	1.057,00
		PME – 1	864,00	924,00	988,00

II) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR PÓS- GRADUADO – PSG

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR PÓS-GRADUA	20	PSG –06	951,00	1.018,00	1.089,00
		PSG –05	889,00	951,00	1.018,00
		PSG –04	831,00	889,00	951,00
		PSG –03	777,00	831,00	889,00
		PSG –02	726,00	777,00	831,00
		PSG –01	678,00	726,00	777,00

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

III) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR COM LICENCIATURA – PL

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS HORAS/AULA R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR COM LIC	250	PL – 6	807,00	863,00	923,00
		PL – 5	754,00	807,00	863,00
		PL – 4	705,00	754,00	807,00
		PL – 3	659,00	705,00	754,00
		PL – 2	616,00	659,00	705,00
		PL – 1	576,00	616,00	659,00

IV) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR COM ESPECIALIZAÇÃO DE 1ª. À 4ª. SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL – PEE

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR 1ª. A 4ª. ESP	200	PEE– 6	722,00	773,00	796,00
		PEE– 5	675,00	722,00	773,00
		PEE– 4	631,00	675,00	722,00
		PEE– 3	590,00	631,00	675,00
		PEE– 2	551,00	590,00	631,00
		PEE– 1	515,00	551,00	590,00

V) CLASSE DOS CARGOS DE PROFESSOR COM MAGISTÉRIO - PM

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS R$ NÍVEL		
			A	B	C
PROFESSOR C/ MAG	160	PM – 6	719,00	769,00	823,00
		PM – 5	672,00	719,00	769,00
		PM – 4	628,00	672,00	719,00
		PM – 3	587,00	628,00	672,00
		PM – 2	549,00	587,00	628,00
		PM – 1	513,00	549,00	587,00

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

GRUPO DOS PROFESSORES ESPECIALISTA NA EDUCAÇÃO

I) CLASSE DOS CARGOS DE ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO - CE

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS R$ NÍVEL		
			A	B	C
ORIENTADOR EDUCACIONAL	05	CE – 6	1.479,00	1.553,00	1.631,00
SUPERVISOR EDUCACIONAL	05	CE – 5	1.409,00	1.479,00	1.553,00
		CE – 4	1.342,00	1.409,00	1.479,00
		CE – 3	1.278,00	1.342,00	1.409,00
		CE – 2	1.217,00	1.278,00	1.342,00
		CE – 1	1.159,00	1.216,00	1.278,00

GRUPO DOS CARGOS COMISSIONADOS

I) CLASSE DOS CARGOS DOS CARGOS COMISSIONADOS DA EDUCAÇÃO - CCE

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS R$		
DIRETOR ESCOLAR	10	CCE–1	Acima de 100 Alunos	1.200,00	
DIRETOR ESCOLAR	10	CCE-2	De 500 até 10 Alunos	1.000,00	
DIRETOR ESCOLAR	10	CCE-3	De 301 até 5(Alunos	800,00	
DERETOR ESCOLAR	10	CCE-4	De 151 até 3(Alunos	600,00	
DIRETOR ESCOLAR	30	CCE-5	De 50 até 15 Alunos	450,00	
SECRETÁRIO ESCOLAR	10	CCSE–1	Acima de 100 Alunos	800,00	
SECRETÁRIO ESCOLAR	10	CCSE-2	De 500 até 10 Alunos	700,00	
SECRETÁRIO ESCOLAR	10	CCSE-3	De 301 até 5(Alunos	600,00	
SECRETÁRIO ESCOLAR	10	CCSE-4	De 151 até 3(Alunos	500,00	
SECRETÁRIO ESCOLAR	30	CCSE-5	De50 até 15	400,00	

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

ANEXO III

- TABELA DE PONTOS -

	ATIVIDADES ACADÊMICA E PROFISSIONAL-	
01	Atividade acadêmica nas Escolas Municipal, com até 20 horas semanais, por ano	01
02	Atividade acadêmica nas Escolas Municipal, com até 21 até 35 horas semanais, por	02
03	Atividade acadêmica nas Escolas Municipal, com 40 horas semanais, por ano	03
04	Atividade, por ano letivo, nas Escolas do Município, em regime de mais de 20 semanais, ou, não cumulativamente, por ano social de atividade profiss devidamente comprovada pelo interessado e reconhecida pela Secretaria de Educ desde que tais atividades sejam exercidas em área de real interesse do Município,	01
	PUBLICAÇÕES* E OUTRAS ATIVIDADES ACADÊMICAS	
05	Livros publicados	16
06	Capítulo de livro	04
07	Publicação em revistas indexadas de circulação internacional	03
08	Publicação em revistas indexadas de circulação nacional	02
09	Trabalho completo publicado em anais de eventos nacionais e internacionais	01
10	Orientação de doutorado em programa reconhecido pelo MEC	10
11	Co-orientação de doutorado em programa reconhecido pelo MEC	05
12	Orientação de mestrado em programa reconhecido pelo MEC	06
13	Co-orientação de mestrado em programa reconhecido pelo MEC	03
14	Liderança de grupos de pesquisa credenciados pelo CNPq	02
15	Participação em eventos técnico-científicos no exterior com apresentação de trabalh	03
16	Participação em eventos técnico-científicos no país com apresentação de trabalho	02
17	Tradução de livro	03
18	Tradução de artigo, capítulo de livro ou de trabalho técnico-científico	01
19	Produção de filme e vídeo de curta e longa duração	05
20	Elaboração de softwares (programas)	05
21	Organização de compêndios	03
22	Orientação de bolsista de Iniciação Científica	01
23	Participação em Órgãos Colegiados, na condição de titular, ou em comissões nomea pelo Diretor-Presidente	01
24	Participação em banca examinadora de doutorado	03
25	Participação em banca examinadora de mestrado	02
26	Participação em banca examinadora de concurso público em IES	02
27	Participação em banca examinadora de seleção	01
28	Coordenação de projetos de pesquisa aprovados por órgãos de fomento à pesquisa	01
29	Pós-doutorado ou equivalente	10
30	Prêmios conferidos por trabalhos técnicos ou científicos	05
31	Pós-Graduação	05

° **Para efeito de contagem de pontos, as publicações deverão ser de caráter científico, técnico, didático ou cultural e em áreas de conhecimento de interesse da Instituição.**

PUBLICADO
Em 09/05/2016
Maria Nunes da Silva
Auxiliar Administrativo
Mat. 396

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

GRUPO DE APOIO ADMINISTRATIVO

I - CLASSE DOS CARGOS DE APOIO ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO – CAE

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS R$ NÍVEL		
			A	B	C
AGEN.ADMINISTRATIVO	40	CEA–9	756,00	793,00	832,00
INSPETOR ESCOLAR	05	CEA–8	720,00	756,00	793,00
AGEN. APOIO ADMINISTRAT	40	CEA–7	686,00	720,00	756,00
		CEA–6	653,00	686,00	720,00
		CEA–5	622,00	653,00	686,00
		CEA–4	592,00	622,00	653,00
		CEA–3	564,00	592,00	622,00
		CEA-2	537,00	564,00	592,00
		CEA-1	511,00	537,00	564,00

II - CLASSE DOS CARGOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO - ASGE.

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS R$ NÍVEL		
			A	B	C
AUXILIAR DE SERVIÇOS GEI DA EDUCAÇÃO	300	ASGE-9	516,00	542,00	569,00
		ASGE-8	497,00	516,00	542,00
		ASGE-7	468,00	497,00	516,00
		ASGE-6	446,00	468,00	497,00
		ASGE-5	425,00	446,00	468,00
		ASGE-4	405,00	425,00	446,00
		ASGE-3	386,00	405,00	425,00
		ASGE-2	368,00	386,00	405,00
		ASGE-1	350,00	368,00	386,00

GOVERNO DE
Serra Talhada
DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO

ANEXO II

TABELA DO QUADRO EM EXTINÇÃO

Do Quadro em Extinção

Fica criado o Quadro dos Cargos em extinção, conforme este anexo, que irão se extinguindo de acordo com sua vacância.

I - QUADRO EM EXTINÇÃO

CARGOS	VAGAS	VENCIMENTOS R$
PROFESSOR DA ZONA RURAL	04	350,00
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	76	350,00
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	324	350,00
ESCRITURARIO	03	350,00
PROFESSOR NSH – 2.A.I	04	372,00
VIGILANTE	26	350,00
MOTORISTA	04	350,00
PROFESSOR COM h/a - 2.A.I – 200 h/a	36	646,00
PROFESSOR HABILTADO	11	350,00
PROFESSOR ZONA URBANA	10	350,00
PROFESSOR LEIGO	03	350,00
PROFESSOR (A)	58	350,00
PROFESSOR NM – 1.B.I	02	376,58
PROFESSOR 1ª. À 4ª. SÉRIE	72	350,00
PROFESSOR I – NM – 1.A.I	60	351,56
PROFESSOR 2.B.II	18	597,29
PROFESSOR NM – 1.B.II	136	460,84
PROFESSOR NM – 1.A.II	50	447,42
PROFESSOR NS – 1.B.I	96	406,72
PROFESSOR NSH – 2.B.I - 180	14	488,00
PROFESOR NSH – 2.B.I – 200	12	687,60
PROFESSOR – NS 2.A.II -	03	579,90
PROFESSOR – NM – 1.C.I	01	387,82
AUXILIAR DE CONTABILIDADE	01	350,00